

# DO POSSÍVEL E IMPOSSÍVEL EM REDENOMINAÇÃO DEMONSTRATIVA ANAFÓRICA<sup>1</sup>

*Fátima Silva*

Faculdade de Letras da Universidade do Porto  
Centro de Linguística da Universidade do Porto  
mhenri@letras.up.pt

*Comme les différents types de déterminants présentent de façon spécifique le référent dénoté par le syntagme nominal qu'ils constituent avec N, la dénomination qui a charge de référer dépend au premier chef du type de déterminant qui la précède.*

(Theissen, A., 1997, p. 13)

O postulado de que a um tipo específico de determinante pode corresponder uma forma particular de referência torna os determinantes um objecto de estudo fundamental na análise dos diferentes processos de denominação e redenominação lexical nominal.

Tomando como objecto de análise os determinantes demonstrativos integrados em expressões anafóricas constituídas por demonstrativo e nome, propomo-nos especificar o seu estatuto no domínio das expressões referenciais e articulá-lo com algumas das estratégias discursivas de (re)denominação anafórica em que intervêm ou das quais são proscritos.

## 1. O estatuto dos demonstrativos no domínio das expressões referenciais

Os demonstrativos são commumente considerados palavras fóricas, no sentido em que são caracterizados pela sua capacidade de referência, seja à situação de discurso (uso exofórico ou deíctico), como em:

---

<sup>1</sup> A autora agradece ao Professor Mário Vilela a leitura deste trabalho e as sugestões dela decorrentes.

(1) *Esta*<sup>2</sup> é a minha sobrinha Lúcia. É filha do meu primo Pedro – disse a tia. (HTM, p.11)

seja ao contexto (uso endofórico), de natureza anafórica, como se exemplifica em:

(2) Era como se o peso da sua consciência fosse necessário ao equilíbrio das constelações, como se *uma intensa unidade* atravessasse o universo inteiro.

E ela habitava *essa unidade*, estava presente e viva na relação das coisas e a própria realidade atenta a abrigava em sua imensa e aguda presença. (HTM, p. 50)

ou catafórica, como ilustra:

(3) Ninguém escapa a *esta lei*: Temos sempre de resgatar o que fizemos. (XIS, p. 13)

Esta dupla funcionalidade<sup>3</sup> dos determinantes demonstrativos recupera a distinção estabelecida por Bühler entre deixis indicial e deixis textual, remetendo, em ambos os casos, para o traço distintivo contido na sua tradicional caracterização, o de mostração, e em consequência, para um valor nitidamente indexical.

### 1.1. O ponto de vista semântico

Mantendo como traço prototípico dos demonstrativos a indexicalidade, Kleiber rejeita, no entanto, a ideia de uma função especificamente demonstrativa, ao afirmar que “Les démonstratifs ne montrent ni ne localisent le référent, ils indiquent uniquement que référence est faite à une entité présente dans la situation d’énonciation de leur occurrence et ne déterminent donc nullement pour eux-mêmes, comme les symboles indexicals complets, le type de référent concerné pour chaque situation d’énonciation” (1983, p. 115).

Neste sentido, os demonstrativos são considerados como designadores, visto que a sua função é apontar para um objecto ou um indivíduo numa dada situação de enunciação. Dado que essa remissão é feita directamente ao SN, com frequência constituído por Um N, sem a interferência de condições de avaliação específicas, como acontece, por exemplo, com o artigo definido, são caracterizados como *designadores directos*<sup>4</sup>. Esta ligação ao contexto da sua

<sup>2</sup> Em todos os exemplos transcritos ao longo deste trabalho, os sublinhados são nossos.

<sup>3</sup> Dado que apenas nos interessam ocorrências de natureza anafórica, ver Kleiber (1991) para a clarificação dos princípios e limites da distinção entre *anáfora* e *deixis*.

<sup>4</sup> No entanto, nem a referência é sempre directa nem os demonstrativos têm sempre e necessariamente um único referente. Nestas condições, o contexto é variável e a identificação do referente depende do conhecimento de que dispõem os interlocutores (Kleiber, 1986a e 1986c).

ocorrência associa-se a um traço de insaturação semântica, decorrente do facto de, mesmo num contexto específico, o significado lexical do SN demonstrativo ser insuficiente para determinar de imediato o referente apropriado. Nesta necessidade de recorrer às informações disponíveis no contexto para se saturarem referencialmente, imbrica a sua denominação como *token-réfléxifs* (Kleiber, 1986b, Corblin, 1995) e ainda como *símbolos indexicais opacos* (Wiederspiel, 1995)<sup>5</sup>.

Estes símbolos equivalem a uma estrutura classificatória pressuposta, que se estabelece entre o grupo nominal e o próprio referente, traduzida na equação:

Este N pressupõe que Xi é um (dos) N<sup>6</sup>

Aplicando esta equação, mediante a qual se atribui ao demonstrativo um sentido instruccional para a detecção do referente na sua proximidade espaço-temporal, ao exemplo (2), concluímos que o determinante demonstrativo *essa*, em *essa unidade*, remete de forma directa e independentemente de qualquer condição de avaliação para o referente introduzido pelo SN indefinido *uma intensa unidade*, apreendendo-o como um objecto não nomeado, caracterizado pela sua reclassificação segundo a estrutura atributiva:

*Essa unidade* pressupõe que *unidade* é uma das *unidades*

A descrição demonstrativa, em que se estabelece uma relação de equivalência entre os sintagmas *unidade* e *uma intensa unidade*, é, por conseguinte, uma descrição definida, que apresenta um carácter contrastivo interno, pois destaca o objecto de referência por oposição aos outros elementos da mesma série, o que significa que o objecto identificado não é o único a verificar o predicado N<sup>7</sup>.

Este processo, que resulta no isolamento do referente, implica que o demonstrativo se coloca no foco da atenção do locutor, ainda que não seja, por si mesmo, capaz de se assumir como um sinal indexical completo. Apesar de conduzir à designação de um objecto dado apenas como identificado,

<sup>5</sup> O demonstrativo pode, evidentemente, ocorrer sem a menção de uma entidade precedente no texto, mas essa situação não corresponde propriamente a um processo anafórico, ainda que se inscreva no domínio dos fenómenos inerentes à designada deixis textual, de que é exemplo:

O mar do Norte, verde e cinzento, rodeava Vig, a ilha, e as espumas varriam os rochedos. Havia *nesse começo de tarde* um vaivém incessante de aves marítimas, as águas engrossavam devagar, as nuvens empurradas pelo vento sul acorriam e Hans viu que se estava formando a tempestade (HTM, p. 75).

<sup>6</sup> Estrutura discutida em Wiederspiel (1995, pp. 114-115).

<sup>7</sup> Cf. Kleiber (1986a, 1986c).

implica a atribuição de um carácter informativo ao seu uso, que se exprime frequentemente num movimento de ruptura com o contexto precedente, de tal forma que a sua utilização resulta, muitas vezes, na activação de mecanismos de classificação ou reclassificação.

Esta activação, subjacente à qual se encontram explicitamente uma intenção de identificação e um fenómeno de dependência interpretativa, articula-se com a forte disposição dos demonstrativos para funcionarem em relações de tipo anafórico, no âmbito das quais tendem a produzir efeitos cognitivos suplementares.

### 1.2. O ponto de vista cognitivo

No quadro da teoria cognitiva<sup>8</sup>, Gundel, Hedberg e Zacharski postulam que “les déterminants et les différentes formes pronominales signalent des informations distinctes à propos de l'état de la mémoire ainsi que de l'attention (statut cognitif), en tant qu'elles font partie de leur sens conventionnel” (2000, p.82). Isto significa que o estatuto cognitivo, fazendo parte do sentido dos determinantes e pronomes, se caracteriza como condição necessária para o uso apropriado dessas formas, na medida em que assinala qual é o estatuto do referente no modelo cognitivo do alocutário.

Com base neste princípio, os autores supramencionados propõem uma hierarquia escalar, a *Givenness Hierarchy*, ou Hierarquia do Dado, que assenta fundamentalmente na forma como as entidades são dadas no modelo mental do alocutário e apresenta uma tipologia de seis estatutos cognitivos, a cada um dos quais corresponde um tipo de determinante ou de pronome. Essa correspondência estabelece-se com base na evocação de diferentes informações em relação ao estatuto de memória e atenção face ao referente, servindo cada um dos estatutos cognitivos como indício para a interpretação do alocutário.

Tomando como ponto de partida a proposta original e a sua adaptação ao francês por Cornish<sup>9</sup>, procuramos estabelecer, de forma provisória e atendendo ao objectivo do presente trabalho, a correspondência entre os diferentes estatutos cognitivos e as entidades linguísticas que os materializam (quadro 1).

<sup>8</sup> Entre as abordagens cognitivas dos marcadores referenciais encontram-se a teoria da acessibilidade de Ariel (1990) e a *Givenness Hierarchy* de Gundel, Hedberg e Zacharski (2000). Ambas propõem uma análise dos determinantes e dos pronomes em termos de representação mental do referente e do seu estatuto cognitivo. Para uma análise comparativa das duas teorias e, por conseguinte, da sua produtividade e limites, sobretudo no que diz respeito aos determinantes e pronomes demonstrativos, ver De Mulder (2000).

<sup>9</sup> Este quadro encontra-se em Gundel, Hedberg e Zacharski (2000, p.82) e ainda em De Mulder (2000, p. 115), neste último apenas na versão original, aplicada ao inglês.

Hierarquia do Dado <sup>10</sup>			
Estatuto cognitivo	Entidade linguística	Função	Exemplo
em foco	eu, tu, ele...	entidade activada, localizada no foco da atenção do locutor	Eu não consegui dormir a noite passada
V activado	isto, isso, aquilo este, esse, aquele (N)	a entidade está activada e foi já objecto de menção no contexto linguístico ou encontra-se no contexto extralinguístico imediato	Aquele cão ladrrou toda a noite
V familiar	esse, aquele N	o alocutário possui já uma representação mental do referente	Aquele cão da casa ao lado ladrrou toda a noite
V unicamente identificável	o N	o alocutário recupera ou constrói uma representação única do referente designado pelo locutor	O cão ladrrou toda a noite
V referencial	este N (indefinido)	o locutor pretende referir uma entidade particular, esperando que o alocutário construa a sua representação mental	Este cão da casa ao lado ladrrou toda a noite
V identificável quanto ao tipo de entidade	um N	o interlocutor pode identificar o tipo de entidade descrita	Um cão ladrrou toda a noite

Quadro 1

Nesta hierarquia, os determinantes demonstrativos exprimem os estatutos cognitivos *activado*, *familiar* e *referencial*, distinguindo-se funcionalmente pela maior ou menor activação do referente.

O primeiro, mais acima na hierarquia, indica que o referente se encontra activado na memória de trabalho, tendo sido já objecto de uma menção prévia, como se atesta em:

<sup>10</sup> Adaptado de Gundel, Hedberg e Zacharski (2000, p.82).

- (2) Era como se o peso da sua consciência fosse necessário ao equilíbrio das constelações, como se *uma intensa unidade* atravessasse o universo inteiro.  
E ela habitava *essa unidade*, estava presente e viva na relação das coisas e a própria realidade atenta a abrigava em sua imensa e aguda presença. (HTM, p.50)
- (4) Tira *aquele vestido* – mandou a madrinha apontando com o dedo. (HTM, p. 15)
- (5) Em pedra e bronze, com mastros quebrados e velas rasgadas, o navio foi construído sobre *a campa de Hans*. *Este estranho jazigo* que entre lápides, bustos, anjos de pedra e cruzeiros tinha algo de arrebatado e selvático, tornou-se depressa um dos monumentos famosos da cidade e vinha gente das redondezas para o ver. (HTM, p. 110)
- (6) A resposta só veio meses depois. Era *uma carta da mãe*. Leu:  
“Deus te perdoe, Hans, porque nos injuriaste e abandonaste. Manda-me o teu pai que te diga que não voltes a Vig, pois não te receberá.”  
Depois *dessa carta*, Hans sonhou com Vig muitas vezes. (HTM, p.91)

O segundo estatuto cognitivo destacado, por sua vez, implica que o referente, embora não esteja activado, faça parte do universo de representações mentais do alocutário, como se verifica em:

- (7) O mar do Norte, verde e cinzento, rodeava Vig, a ilha, e as espumas varriam os rochedos. Havia *nesse começo de tarde* um vaivém incessante de aves marítimas, as águas engrossavam devagar, as nuvens empurradas pelo vento sul acorriam e Hans viu que se estava formando a tempestade. (HTM, p. 75).

Finalmente, o terceiro estatuto mencionado, de nível hierárquico inferior, caracteriza-se pelo facto de o alocutário ser capaz não só de identificar o tipo de entidade descrita, mas também de construir a representação particular de uma entidade desse tipo, em função das indicações fornecidas pelo alocutário, como se ilustra em:

- (3) Ninguém escapa a *esta lei*: Temos sempre de resgatar o que fizemos. (Xis, p. 13)

Para lá da correspondência operada entre estatutos cognitivos e determinantes/pronomes, há ainda a salientar, na hierarquia em análise, a existência de uma relação de natureza implicacional entre os diversos estatutos cognitivos, em que cada estádio superior implica todos os outros de nível inferior. Assim sendo, uma expressão de estatuto cognitivo inferior pode ser utilizada num estatuto cognitivo superior, dado que neste estão previstos os estados de memória e atenção correspondentes ao estatuto cognitivo inferior, mas o contrário não se verifica. Daqui decorre, ao nível do texto/discurso, a frequente possibilidade de alternância entre um ou outro determinante, por exemplo, entre um artigo definido e um determinante demonstrativo. A inviabilização dessa possibilidade encontra justificação, em parte, nas máximas conversacionais de Grice, sobretudo nas

que apontam para a necessidade de o locutor ser conciso, mas suficientemente informativo.

Em relação aos exemplos dados, verificamos que a alternativa entre determinante demonstrativo e artigo indefinido não é viável, devendo-se esse facto ao nível de menor informatividade inerente ao uso do artigo indefinido. Colocado no fim da escala dos estatutos cognitivos, apenas é identificável quanto ao tipo, não fornecendo, por isso, os indícios necessários para a representação inerente aos estatutos cognitivos *referencial*, *familiar* ou *activado*.

No que se refere à alternativa entre demonstrativo e artigo definido, ela é, por vezes, improvável, como atesta a sua aplicação aos exemplos (2), (4), (6) e (7), devido a um desfasamento de índice informacional e de vector semântico, sendo, no entanto, possível em exemplos como (5) e (9):

- (9) A maioria de nós só conheceu uma moeda durante as suas vidas, o escudo. Tal como só conheceu uma bandeira ou um hino nacional. Juntos, estes símbolos nacionais ajudam no concreto a que nos possamos identificar em comum enquanto portugueses e distinguem-nos dos outros. (XIS, p. 22)

Tendo em consideração este último exemplo<sup>11</sup>, podemos afirmar que a alternativa entre os dois tipos de determinante representa a actualização de uma dupla via. Enquanto o demonstrativo abre uma via de descontinuidade, o artigo definido cria um sentido de continuidade, produzindo-se em ambos os casos as consequências resumidas no quadro 2<sup>12</sup>.

Determinante demonstrativo <i>Descontinuidade</i>	Artigo definido <i>Continuidade</i>
Reclassifica	Veicula uma pressuposição existencial
Contrasta	Unifica
Possibilita uma reorientação temática	Assegura a continuidade temática

Quadro 2

<sup>11</sup> Em uso indirecto, o demonstrativo não materializa os estatutos cognitivos *familiar* e *activado*, correspondendo antes a “violations mineures des règles d’emploi approprié des pronoms et des démonstratifs” (Gundel, Hedberg e Zacharski, 2000, p.100)

<sup>12</sup> Análise inspirada em Kleiber (1986c).

### 1.3. O ponto de vista textual

A articulação destes dados cognitivos com os traços semânticos já apontados é relevante para a interpretação textual dos determinantes demonstrativos, porque dela procede a formulação de traços importantes para a interpretação apropriada dos demonstrativos no âmbito dos sintagmas nominais em que se inscrevem:

- Não se caracterizam pela distância que os separa do antecedente, mas designam um grau de distanciamento centrado na relação inter-subjectiva eu-tu e na saliência do objecto de referência no universo de ambos.
- Assinalam frequentemente uma mudança de estatuto temático e de unidade devido à ruptura que provocam no universo discursivo, mas o núcleo do SN demonstrativo retoma, em geral, os traços descritos já disponíveis a propósito do referente.
- O seu referente é determinado mediante recurso ao contexto partilhado pelos interlocutores, a partir das instruções contidas no próprio demonstrativo, que comanda a pesquisa do antecedente.
- Em posição anafórica, pode configurar diferentes tipos de processo referencial, desde que a configuração textual responda positivamente ao mecanismo activado.

Estes traços tornam possível a actualização de diversas estratégias de retoma, obedecendo o uso dos demonstrativos frequentemente ao esquema:

Um Na ..... Este/Esse/Aquele Nb

O referente nomeado em *Um Na* apresenta, em geral, dois tipos de retoma possíveis: ou *Na* equivale a *Nb* e o referente retoma a categoria de origem, ou *Na* é diferente de *Nb* e ocorre um processo de reclassificação da categoria de origem.

## 2. Estratégias de redenominação demonstrativa anafórica

Embora a hipótese de reclassificação da categoria de origem torne mais evidente a informação suplementar introduzida por *Nb*, num ou noutro caso, a



relação anafórica a que está subjacente a utilização do demonstrativo parece obedecer a um fenómeno de correferencialidade, em que a expressão anafórica refere ou especifica a entidade visada sem a evocar<sup>13</sup>.

Da entidade seleccionada para essa referência ou especificação deriva a distinção entre os diferentes tipos de red denominação anafórica demonstrativa: *fiel*, *infiel* e *conceptual*.

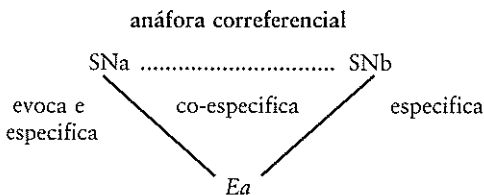
### 2.1. Anáfora (*demonstrativa*) *fiel*

Nesta forma de retoma, exemplificada por:

- (10) Há muito já que cada coisa tinha encontrado ali *o seu lugar*. E era como se *esse lugar*, como se a relação entre a mesa, o espelho, a porta, fossem a expressão de uma ordem que ultrapassava a casa (HTM, p.49).

Na e Nb são equivalentes, na medida em que há repetição lexical. Trata-se basicamente da recuperação, desencadeada pelo SN demonstrativo, de um objecto do discurso, utilizando a mesma etiqueta que serviu para a sua categorização inicial. É, sem dúvida, o tipo de retoma que menos problemas levanta à interpretação do alocutário, assumindo-se como um estatuto cognitivo activado. Do ponto de vista informacional, a fidelidade categorial conduz à identidade do N e, ao repor o N na categoria de origem, orienta a novidade que é atribuída a esta menção numa direcção diferente da recategorização do nome. No exemplo em análise, essa novidade informativa parece decorrer da promoção do SN demonstrativo a tema, além de a redução ocorrente na expressão anafórica implicar, relativamente à expressão antecedente, uma certa condensação do sentido e permitir, por essa via, a reorientação temática<sup>14</sup>.

<sup>13</sup> Kleiber (2001, p.13) esquematiza esta relação da seguinte forma:



<sup>14</sup> Essa novidade representa, de acordo com Apothélos (1999) um uso oblíquo das expressões referenciais, na medida em que o SN de retoma assume mais do que a função de identificador. Para lá da mudança de focalização, a ocorrência de um Na e de um Nb equivalentes pode decorrer da presença de uma expansão no sintagma de retoma ou ainda da intenção de produção de um efeito contrastivo de natureza intracategorial, como acontece, por exemplo, em (2).

## 2.2. Anáfora (*demonstrativa*) *infiel*

A anáfora demonstrativa *infiel*, por seu lado, activa um processo de reclassificação do referente, na medida em que Na e Nb não são equivalentes. Dessa não equivalência resulta basicamente a distinção no funcionamento textual da anáfora *fiel* e da anáfora *infiel*, pois “Si les anaphores fidèles ont un rôle stabilisateur dans l'énoncé, les anaphores infidèles permettent d'élargir le champ sémantique de l'énoncé et, par conséquent, ses significations” (Thatcher, 1999, p. 100). Esta funcionalidade é visível nos exemplos:

- (11) *Os abrunhos*, pequenas drupas redondas e azul-escuras, quando maduras cobertas de uma pruina cerosa, são dotados de um encanto irresistível. *Estes frutos* não são comestíveis, mas raramente alguém deixa de os provar, ao menos, uma vez por ano, no Outono, para saborear a sua aspereza. (SVPM, p. 45).
- (12) As utilizações domésticas e medicinais da *aleluia* são inumeráveis. Com *esta pequena planta* é possível preparar limonadas frescas e tisanas (SVPM, p. 56)
- (13) A maioria de nós só conheceu *uma moeda* durante as suas vidas, o *escudo*. tal como só conheceu *uma bandeira* ou *um hino nacional*. Juntos, *estes símbolos nacionais* ajudam no concreto a que nos possamos identificar em comum enquanto portugueses e distinguem-nos dos outros. (XIS, p.22)
- (14) *O seu livro Coloquios dos simples, e drogas he cousas medicinais da India...*, publicado em 1563 em Goa, adquire fama internacional, nomeadamente depois de ter sido traduzido em latim, francês e italiano. *Nesta obra* se consignam, sob a forma de diálogo, todos os conhecimentos científicos e práticos que o autor conseguiu reunir sobre tais produtos e sua utilização. (SVPM, prefácio)

Em (11) – (14), a entidade ocorrente em Na é recategorizada em função dos traços de um termo Nb, processando-se, por conseguinte, a apresentação do referente numa nova classe. A novidade informacional daí resultante consiste na assunção de um novo ponto de vista sobre o objecto, efectuando-se, frequentemente, essa perspetivação através da relação estabelecida entre um termo subordinado e um termo superordenado, mediado por relação lexical de hiperonímia. Estas retomas hiperonímicas respeitam a gradação ascendente dos lexemas e fundam-se numa relação estereotípica, acessível ao universo de conhecimentos dos interlocutores. Nesse sentido, ainda que de modo menos saliente do que o que se verifica no tipo de anáfora anterior, o contexto linguístico permite activar de forma apropriada a menção anterior do N ocorrente com o determinante demonstrativo. Na maioria dos casos, este tipo de anáfora funciona por recorrência de traços lexicais, podendo o antecedente, que assume o valor hiponímico, ser glosado da seguinte forma:

O/Um hiponímico é uma espécie de um N hiperonímico  
 O/Um hiponímico é um N hiperonímico

Além desta relação lexical, a sinonímia é também activada com frequência, como se verifica em (5) e (15):

(15) Perguntas-me muitas vezes o que quero da vida, como se na vida se pudesse escolher quero isto, até não quero aquilo, agora não, daqui a uns anos talvez, como se fôssemos nós a mandar acordar os dias e controlássemos tudo com o simples toque da *varinha de condão*.

Dizes-me que tenho *essa varinha mágica* escondida no armário. (JN)

### 2.3. Anáfora (*demonstrativa*) *conceptual ou resumativa*

Este tipo de anáforas, de que constitui exemplo:

(16) Para aproveitar ao máximo as importantes propriedades do agrião, é necessário utilizá-lo muito fresco e verde e lavá-lo previamente, pois é susceptível de transmitir uma doença parasitária, a distomatose. Se *estas regras* forem devidamente cumpridas, a planta merece indubitavelmente a designação de “saúde do corpo”, que lhe é atribuída nos meios rurais em França. (SVPM, p. 49)

congrega as funções de unificação e de progressão caracterizadoras da anáfora fiel e as funções de caracterização e de enunciação da anáfora infiel. Permitindo redireccionar o discurso, traduz o ponto de vista do locutor, que, por meio deste mecanismo anafórico, retoma o conteúdo proposicional precedente e exprime, frequentemente, o seu estado psicológico face a esse conteúdo. Normalmente, a anáfora conceptual efectua-se com nomes de referência constante para abarcar o contexto precedente, activando, dessa forma, uma função de apoio temático, que lhe permite relançar uma nova predicação.

### 2.4. *Coocorrência das estratégias de red denominação anafórica demonstrativa*

A activação de diferentes estratégias de red denominação anafórica demonstrativa no mesmo texto é frequente, equivalendo as opções efectuadas neste domínio a diversos meios para o estabelecimento de nexos coesivos textuais.

Veja-se o exemplo:

(17) Já uma vez escrevi sobre uma pessoa que fez um voto expresso de deixar morrer em si todas e quaisquer conversas fúteis ou inúteis, especialmente as que lhe chegavam com intenções daninhas e insisto agora no assunto por me parecer vital esta atitude neutralizadora do mal. Esta vontade de travar o curso da má-língua.

É muito simples o que esta pessoa faz: em circunstância nenhuma reproduz aquilo que ouve, vê ou sabe e nada acrescenta à felicidade dos outros ou ao bem comum. Embora pareça fácil, nem sempre é natural esta tendência para a abstenção e, por isso mesmo, acredito que sem falsos moralismos é possível calar sempre o mal e ampliar cada vez mais o bem. (XIS, p. 1)

Neste excerto, predomina a red denominação anafórica conceptual, havendo ainda uma relação anafórica de tipo fiel.

Nesta última, o demonstrativo dá uma instrução de identificação do referente ao alocutário, que o procura no contexto linguístico anterior. Ainda que haja outras entidades linguísticas susceptíveis de servir como referente, o alocutário não experimenta qualquer dificuldade na determinação do antecedente apropriado, devido à identidade lexical das expressões constitutivas do núcleo dos SN envolvidos na relação anafórica. Do ponto de vista cognitivo, o demonstrativo corresponde a um estatuto cognitivo *activado*, pelo facto de o alocutário possuir já uma representação mental do referente a identificar e de esse referente ter sido objecto de uma menção prévia no contexto linguístico partilhado.

A este nível, a ocorrência das duas anáforas conceptuais parece indicar, por sua vez, a existência de um estatuto cognitivo *referencial*, na medida em que, através dos N abstractos usados, o locutor aponta para uma entidade particular, cuja representação mental deve ser construída pelo alocutário. Na primeira ocorrência anafórica deste tipo, a instrução dada para a identificação do referente ocorre em duas expressões anafóricas contíguas, funcionando entre si como para-sinónimos. Independentemente desta estratégia, a menção do referente é dada, em qualquer das suas ocorrências, na proximidade da expressão anafórica, que se assume como síntese e manifestação do ponto de vista do locutor.

### 3. Alguns limites para a red denominação anafórica por via demonstrativa

A funcionalidade textual dos determinantes demonstrativos, explicável, em parte, pelo recurso aos seus traços semânticos típicos e ao modo de categorização do referente, representa simultaneamente a produtividade desta expressão referencial e os seus limites.

Esses limites situam-se a um duplo nível:

- as restrições morfossintácticas da expressão anafórica em certos contextos;
- a impossibilidade da sua ocorrência no processo de red denominação anafórica associativa.

#### 3.1. A coordenação

Um exemplo representativo das restrições referidas é o que se verifica em operações de coordenação<sup>15</sup>.

<sup>15</sup> Para uma análise mais alargada deste fenómeno, ver Kleiber (1986c).

Kleiber (1986c, p.76) equaciona esta restrição perguntando: “Pourquoi l'article défini est-il seul apte à la reprise d'un seul SN d'une coordination d'indéfinis?”

Esta possibilidade é verificável na aplicação do teste da coordenação ao exemplo seguinte:

- (9) A maioria de nós só conheceu *uma moeda* durante as suas vidas, *o escudo*. Tal como só conheceu *uma bandeira* ou *um hino nacional*. Juntos, *estes símbolos nacionais* ajudam no concreto a que nos possamos identificar em comum enquanto portugueses e distinguem-nos dos outros. (XIS, p. 22)

A retoma de todo o grupo legitima a utilização de um demonstrativo em posição anafórica, mas não a retoma de um dos elementos enumerados, pelo que seria inadequada uma expressão anafórica do género:

- \*Este hino ajuda...
- \*Esta bandeira ajuda...

Esta restrição, que obriga à utilização de uma expressão anafórica genérica ou tendo como determinante o artigo definido, explica-se pelo facto de não haver a introdução de vários referentes novos, mas apenas de um referente, o conjunto referencial constituído pela coordenação.

A referência a um dos membros do conjunto só pode fazer-se de forma indirecta, por extracção, na medida em que cada um dos elementos do conjunto é apresentado como o único a conter a propriedade denotada pelo referente. Daí que seja correcta a expressão anafórica:

- O hino ajuda...
- A bandeira ajuda...

Kleiber refere que, nestes contextos, o artigo definido assume um papel análogo ao que desempenha no âmbito da anáfora associativa. Justifica a exclusão do demonstrativo argumentando que “De même qu'il [demonstrativo] ne peut figurer en anaphore associative (...), parce que le référent ne peut être saisi qu'indirectement, de même il ne pourra reprendre un référent d'une coordination de SN indéfinis, parce que ce référent ne peut être appréhendé que comme partie de l'ensemble référentiel introduit, donc indirectement aussi” (1986c, p. 77).

### 3.2. Redenominação anafórica associativa

A impossibilidade de realização da anáfora associativa mediante uma

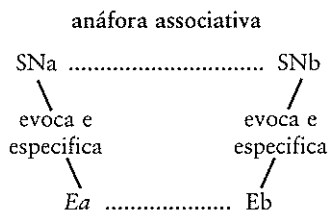
expressão anafórica com demonstrativo fundamenta-se, por conseguinte, no mesmo fenómeno de apreensão indirecta do referente apontado para a coordenação, podendo ser justificada com base em critérios de natureza cognitiva, semântica, e textual.

É o que confirmamos com a análise de um exemplo como:

- (18) (3) 1. Depois de limpar *a panela*, deite-lhe os alimentos e ingredientes, bem como a água necessária. 2. Coloque *a tampa*, faça girar horizontalmente o travessão de aço inoxidável, colocando-o por baixo dos suportes laterais existentes no corpo da panela, de forma a que as válvulas de segurança e de funcionamento fiquem uma de cada lado e formando com ele uma cruz. (SILAMPOS)

Em (18), o artigo definido indica que o alocutário recupera ou constrói uma representação única do referente designado pelo locutor, assumindo, assim, um carácter de unicidade. Isto significa que a entidade denotada por N é apresentada como a única possuindo as características requeridas no âmbito do antecedente, sendo, por isso, apresentada sob a forma do conhecido. Há um processo de referenciação indirecta igualmente visível na inexistência de identidade lexical ou semântica entre as entidades denotadas pelo antecedente e a expressão anafórica, que se relacionam de acordo com diferentes processos, um dos quais a relação léxica de meronímia, traduzível pela expressão Nb é parte de Na. Este mecanismo discursivo, fundado num saber partilhado convencional associado aos lexemas em causa, é responsável, em grande parte, por um dos aspectos mais significativos deste tipo de anáfora, o seu estatuto informacional híbrido. De facto, ao contrário da anáfora demonstrativa, a anáfora associativa assegura simultaneamente continuidade e novidade, assumindo, em consequência, um papel temático e remático. Esta dupla funcionalidade funda-se, em grande parte, na inexistência de correferencialidade entre o denotado do referente da expressão anafórica e o do antecedente, na medida em que a especificação da entidade visada resulta da sua evocação, correspondendo, desta forma, a diferença de identidade lexical a uma distinção no domínio dos referentes<sup>16</sup>.

<sup>16</sup> Essa diferença é apresentada por Kleiber (2001, p.13) através do seguinte esquema:



## Conclusão

No momento de terminar, concluímos que a análise efectuada corroborou não só a afirmação transcrita em epígrafe, confirmando a importância das expressões referenciais na materialização de relações anafóricas, mas também a necessidade de convocar diferentes pontos de vista (semântico, cognitivo, textual...) para o seu tratamento.

A nossa abordagem, mais genérica do que específica, perdeu, por certo, em profundidade, embora nos pareça trazer um pequeno contributo para a explicitação das potencialidades e limitações dos determinantes demonstrativos em red denominação lexical anafórica.

Tratando-se de um campo de trabalho muito produtivo, que apresenta inúmeras possibilidades de tratamento, esta conclusão assume-se, mais do que como um ponto de chegada, um ponto de partida para novas pesquisas que respondam às perguntas a que esta não pôde ou não soube dar resposta.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### A.

- APOTHÉLOZ, D., 1995 – *Rôle et fonctionnement de l'anaphore dans la dynamique textuelle*, Genève, Librairie Droz.
- APOTHÉLOZ, D. e Reichler-Béguelin, M-J., 1999 – “Interpretations and functions of demonstrative NPs in indirect anaphora” in *Journal of Pragmatics*, 31.3, pp. 363-397.
- ATTAL, P., 1994 – “Le N, Ce N: une description sans le concept de référence” in *Questions de sémantique*, Paris, Éditions Peeters, pp. 157-200.
- AURICCHIO, A., Masseron, C. e Perrin, C., 1995 – “L'anaphore démonstrative à fonction résomptive” in *Pratiques*, 85, pp. 27-52.
- DE MULDER, W., 1990 – “Anaphore définie versus anaphore démonstrative: un problème sémantique in *Recherches Linguistiques*, XIV, pp. 143-158.
- DE MULDER, W., 1998 – “Du sens des démonstratifs à la construction d'univers” in *Langue Française*, 120, pp. 21-32.
- DE MULDER, W., 2000 – “Démonstratifs et accessibilité” in *Verbum*, XXII.1, pp. 103-125.
- DIESSEL, H., 1994 – *Demonstratives: form, function and grammaticalization*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins.
- GARY-PRIEUR, M-N., 1998 – “Les démonstratifs dans les textes et dans la langue” in *Langue Française*, 120, pp. 5-20.
- GUNDEL, J. K., Hedberg, N. e Zacharski, R., 2000 – “Statut cognitif et forme des anaphoriques indirects” in *Verbum*, XXII.1, pp. 79-102.
- HALLIDAY, M. A. K. e Hasan, R., 1976 – *Cohesion in english*, London, Longman.
- KLEIBER, G., 1986a – “Adjectif démonstratif et article défini en anaphore fidèle” in *Recherches Linguistiques*, XI, pp. 169-185.
- KLEIBER, G., 1986b – “Déictiques, embrayeurs, “token-réflexives”, symboles indexicaux, etc.: comment les définir?” in *L'Information Grammaticale*, 30, pp. 3-22.

- KLEIBER, G., 1986c – “Pour une explication du paradoxe de la reprise immédiate” in *Langue Française*, 72, pp. 54-79.
- KLEIBER, G., 1988 – “Peut-on définir une catégorie générale de l’anaphore?” in *Vox Romanica*, 47, pp. 1-13.
- KLEIBER, G., 1990 – “Article défini et démonstratif: approche sémantique versus approche cognitive” in *Recherches Linguistiques*, XIV, pp. 199-227.
- KLEIBER, G., 1990 – “Sur l’anaphore associative: article défini et adjectif démonstratif” in *Rivista de Linguistica*, 2.1, pp. 155-175.
- KLEIBER, G., 1991 – “Anaphore-Deixis: Où en sommes-nous?” in *L’Information Grammaticale*, 51, pp. 3-18.
- KLEIBER, G., 1992 – “L’anaphore: d’un problème à l’autre” in *Le Français Moderne*, LX.1, pp. 1-22.
- KLEIBER, G., 1998 – “Les démonstratifs à l’épreuve du texte ou sur *Cette Côte de la Baie de L’Arguenon*” in *Langue Française*, 120, pp. 77-94.
- KLEIBER, G., 2001 – *L’anaphore associative*, Paris, Presses Universitaires de France.
- LYONS, J., 1977 – *Semantics*, Vol. II, Cambridge, Cambridge University Press.
- MARANDIN, J.-M., 1986 – “Ce est un autre: l’interprétation anaphorique du syntagme démonstratif” in *Langages*, 81, pp. 75-89.
- MARQUE-PUCHEU, C., 1999 – “Les modifieurs référentiels dans les groupes nominaux: deux modes de localisation de la référence” in *Cahiers de L’Institut de Linguistique de Louvain*, 25.1-2, pp. 95-119.
- MILNER, J.-C., 1982 – *Ordres et raisons de langue*, Paris, Éditions du Seuil.
- REICHLER-BÉGUELIN, M.-J., 1988 – “Anaphore, cataphore et mémoire discursive” in *Pratiques*, 57, pp. 15-43.
- REICHLER-BÉGUELIN, M.-J., 1995 – “Alternatives et décisions lexicales dans l’emploi des expressions démonstratives” in *Pratiques*, 85, pp. 53-87.
- THATCHER, N., 1999 – “La coréférence lexicale” in *Journal of French Language Studies*, 9, pp. 91-104.
- THEISSEN, A., 1997 – *Le choix du nom en discours*, Genève, Librairie Droz.
- VILELA, Mário, 1999 – *Gramática da Língua Portuguesa*, Coimbra, Almedina.
- VUILLAUME, M., 1986, “Les démonstratifs allemands dies – et jen – Remarques sur les rapports entre démonstratifs et embrayeurs” in *Recherches Linguistiques*, XI, pp.
- WIEDERSPIEL, B., 1995 – “Sur quelques aspects de la saisie démonstrative” in *Pratiques*, 85, pp. 113-125.
- WILMET, M., 1986 – *La détermination nominale*, Paris, Presses Universitaires de France.

## B.

- HTM: ANDRESEN, Sophia de Mello Breyner, 1995 – *Histórias da Terra e do Mar*, 11<sup>o</sup> ed., Lisboa, Texto Editora.
- MRP: PINTO, Margarida Rebelo Pinto, in *Jornal de Notícias*, 18-11-2001.
- SILAMPOS – Folheto de Instruções da panela de pressão Silampos.
- SVPM: Reader’s Digest, Selecções do, 1983 – *Segredos e Virtudes das Plantas Mediciniais*, 1<sup>o</sup> ed., Lisboa, Selecções do Reader’s Digest.
- XIS: Revista do jornal *Público*, 17-11-2001.